



CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1022, de 2020**, que *"Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Paulo Paim (PT/RS)	001
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	002; 003
Deputado Federal Enio Verri (PT/PR)	004
Deputada Federal Rejane Dias (PT/PI)	005; 006; 007

TOTAL DE EMENDAS: 7



[Página da matéria](#)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.022, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte artigo:

Art. ... Até o término da vigência do prazo de que trata inciso II do parágrafo único art. 1º, o Poder Executivo adotará as medidas para a nomeação ou contratação de servidores, em caráter efetivo, destinados ao exercício de atividades nos hospitais federais e nos institutos nacionais do Estado do Rio de Janeiro, observados os quantitativos necessários à garantia da regularidade dos serviços prestados à população.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.022, editada em 31.12.2020, prorroga a vigência de 1.419 contratos temporários, até fevereiro de 2021, para exercício de atividades nos hospitais federais e nos institutos nacionais do Estado do Rio de Janeiro.

Nas atuais circunstâncias, agravadas pela pandemia Covid-19, não há como negar ao Executivo a possibilidade de promover essa prorrogação, mas trata-se de uma solução paliativa, que não resolve o problema concreto que é a falta de pessoal nas unidades hospitalares.

Sem a realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos e permanentes, ou sem a contratação de pessoal por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, não será garantida a qualificação técnica adequada das equipes de saúde nesses hospitais públicos, e, pior ainda, sequer haverá a transparência e impessoalidade que apenas o concurso público proporciona. A precarização da mão de obra, que é inerente aos contratos temporários, não é compatível com a permanência das necessidades a serem atendidas, e apenas por um esforço de boa vontade se pode ter como “excepcionais” as contratações já realizadas e que serão prorrogadas, visto que se trata de situação de calamidade que já vigora há muitos anos: a carência de pessoal para o atendimento aos usuários.

Dessa forma, a presente emenda propõe que o Executivo adote as medidas necessárias ao provimento em caráter permanente dos cargos necessários, superando essa situação de improvisação e precarização.

Sala da Comissão,

SENADOR PAULO PAIM

EMENDA Nº _____ - CM
(à MPV 1.022, de 2020)

Dê-se ao inciso I do parágrafo único do art. 1º da Medida Provisória nº 1.022, de 31 de dezembro de 2020, a seguinte redação:

“Art. 1º
.....
Parágrafo único.....
.....
I - é aplicável a até 3.592 (três mil, quinhentos e noventa e dois) contratos prorrogados pela Lei no 14.072, de 2020, para exercício de atividades nos hospitais federais e nos institutos nacionais do Estado do Rio de Janeiro; e.(NR)
.....”

JUSTIFICAÇÃO

Nesta emenda, estamos propondo nova redação ao inciso I do parágrafo único do art. 1º da Medida Provisória nº 1.022, de 2020, com a finalidade de prorrogar todos os contratos anteriormente prorrogados pela Lei n. 14.072/2020.

A medida provisória propôs a prorrogação de apenas uma parte desse universo, sem deixar claro quais foram os critérios objetivos e impessoais para essa seleção.

Sendo assim, faz-se necessária a alteração para que sejam prorrogados todos os contratos.

Neste sentido, a presente emenda possui o intuito de contribuir com o aprimoramento do futuro diploma legal resultante da tramitação da Medida Provisória nº 1.022, de 2020, no Congresso Nacional, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala da Comissão, fevereiro de 2020.

Senador IZALCI LUCAS
Líder do PSDB

EMENDA Nº _____ - CM
(à MPV 1.022, de 2020)

Dê-se ao inciso II do parágrafo único do art. 1º da Medida Provisória nº 1.022, de 31 de dezembro de 2020, a seguinte redação:

“Art. 1º
.....
Parágrafo único.....
.....
II - não poderá ultrapassar a data de 28 de abril de 2021.(NR)
.....”

JUSTIFICAÇÃO

Nesta emenda, estamos propondo nova redação ao inciso II do parágrafo único do art. 1º da Medida Provisória nº 1.022, de 2020, com a finalidade de ampliar o limite temporal de todos os contratos anteriormente prorrogados pela Lei nº. 14.072/2020.

A medida provisória propôs o prazo de 28 de fevereiro do corrente ano para o limite temporal das prorrogações, ocorre que a pandemia não mostra sinais de arrefecimento, inclusive com o surgimento de novas cepas. Sendo assim, achamos mais prudente a prorrogação por um lapso temporal mais dilatado.

Neste sentido, a presente emenda possui o intuito de contribuir com o aprimoramento do futuro diploma legal resultante da tramitação da Medida Provisória nº 1.022, de 2020, no Congresso Nacional, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala da Comissão, fevereiro de 2020.

Senador IZALCI LUCAS
Líder do PSDB

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.022, DE 2020

Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte:

“Após a prorrogação de que trata essa lei, fica o Ministério da Saúde obrigado a realizar concurso público para o preenchimento dos cargos necessários ao pleno funcionamento dos Hospitais Federais e dos Institutos Nacionais do Estado do Rio de Janeiro.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa ao aperfeiçoamento do texto do projeto de lei, privilegiando o comando do art. 37, II da Constituição Federal a respeito da necessidade de realização de concurso público para preenchimento dos cargos, cujas atividades são essenciais para a continuidade na prestação de serviços pelos Hospitais Federais e Institutos Nacionais do Rio de Janeiro.

Sala da Comissão, 02 de fevereiro de 2021.

Deputado ENIO VERRI
PT/PR

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1022, DE 31 DE
DEZEMBRO DE 2020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1022, DE 2020

AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE
CONTRATOS POR TEMPO
DETERMINADO NO ÂMBITO DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Modifique-se o inciso I, do §3º, do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, incluído pelo art. 1º da Medida Provisória em referência, para que passe a figurar com a seguinte redação:

“Art. 1.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput:

I - é aplicável a até 1.419 (mil quatrocentos e dezenove) contratos prorrogados pela Lei nº 14.072, de 2020, para exercício de atividades nos hospitais federais e nos institutos nacionais do Estado do Rio de Janeiro e **Amazonas**; e

II - **poderão ser contratados os profissionais de saúde brasileiros formados no país ou com o diploma revalidado, médicos estrangeiros, médicos intercambistas da atenção básica para o enfrentamento das pandemias ou epidemias;**

III – **nos casos de pandemias e epidemias com a finalidade de incrementar a prestação de serviços médicos em locais de difícil provimento ou de alta vulnerabilidade, o prazo dos contratos de serviços médicos poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, limitados à 60 (sessenta) meses ou enquanto durar o estado de calamidade pública proveniente do Coronavírus.” (NR)**

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1.022 autoriza o Ministério da Saúde a prorrogar contratos por tempo determinado de profissionais de saúde para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Serão prorrogados até a data de 28 de fevereiro de 2021 os contratos de profissionais que estão lotados em hospitais federais e nos institutos nacionais do Rio de Janeiro,

Apresentamos a presente emenda para acrescentar os institutos nacionais do Estado do Amazonas devido ao estado de calamidade pública em que está a região, com o aumento de pessoas contaminadas e mortes.

O prazo da prorrogação dos contratos de serviços médicos está muito próximo, isto é, dia 28 de fevereiro de 2021, portanto muito reduzido, por esse motivo prorrogamos o prazo por até 60 meses ou enquanto durar o estado de calamidade pública.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante Emenda.

Sala da Comissão, em 2 de fevereiro de 2021.

Deputada REJANE DIAS

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1022, DE 31 DE
DEZEMBRO DE 2020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1022, DE 2020

AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE
CONTRATOS POR TEMPO
DETERMINADO NO ÂMBITO DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Modifique-se o art. 1 da Medida Provisória nº 1022,
para que passe a figurar com a seguinte redação:

“Art. 1.º

.....
Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput:

I - é aplicável a até 1.419 (mil quatrocentos e dezenove)
contratos prorrogados pela Lei nº 14.072, de 2020, para
exercício de atividades nos hospitais federais e nos institutos
nacionais do Estado do Rio de Janeiro e **Amazonas**; e

II - **poderão ser contratados os profissionais de saúde
brasileiros formados no país ou com o diploma revalidado,
médicos estrangeiros, médicos intercambistas da atenção
básica para o enfrentamento das pandemias ou epidemias;**

III – **nos casos de pandemias e epidemias com a finalidade
de incrementar a prestação de serviços médicos em locais
de difícil provimento ou de alta vulnerabilidade, o prazo
dos contratos de serviços médicos poderão ser
prorrogados por iguais e sucessivos períodos, limitados à
60 (sessenta) meses ou enquanto durar o estado de
calamidade pública proveniente do Coronavírus.” (NR)**

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1.022 autoriza o Ministério da Saúde a prorrogar contratos por tempo determinado de profissionais de saúde para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Serão prorrogados até a data de 28 de fevereiro de 2021 os contratos de profissionais que estão lotados em hospitais federais e nos institutos nacionais do Rio de Janeiro,

Apresentamos a presente emenda para acrescentar os institutos nacionais do Estado do Amazonas devido ao estado de calamidade pública em que está a região, com o aumento de pessoas contaminadas e mortes.

O prazo da prorrogação dos contratos de serviços médicos está muito próximo, isto é, dia 28 de fevereiro de 2021, portanto muito reduzido, por esse motivo prorrogamos o prazo por até 60 meses ou enquanto durar o estado de calamidade pública.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante Emenda.

Sala da Comissão, em 2 de fevereiro de 2021.

Deputada REJANE DIAS

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1022, DE 31 DE
DEZEMBRO DE 2020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1022, DE 2020

AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE
CONTRATOS POR TEMPO
DETERMINADO NO ÂMBITO DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE

EMENDA MODIFICATIVA Nº

O art. 1º da Medida Provisória nº 1022, passa a vigor
com a seguinte redação:

“Art. 1.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput:

I - é aplicável a até 1.419 (mil quatrocentos e dezenove)
contratos prorrogados pela Lei nº 14.072, de 2020, para
exercício de atividades nos hospitais federais e nos institutos
nacionais do Estado do Rio de Janeiro e **Amazonas**; e

II - **poderão ser contratados os profissionais de saúde
brasileiros formados no país ou com o diploma revalidado,
médicos estrangeiros, médicos intercambistas da atenção
básica para o enfrentamento das pandemias ou epidemias;**

III – **nos casos de pandemias e epidemias com a finalidade
de incrementar a prestação de serviços médicos em locais
de difícil provimento ou de alta vulnerabilidade, o prazo
dos contratos de serviços médicos poderão ser
prorrogados por iguais e sucessivos períodos, limitados à
60 (sessenta) meses ou enquanto durar o estado de
calamidade pública proveniente do Coronavírus.” (NR)**

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1.022 autoriza o Ministério da Saúde a prorrogar contratos por tempo determinado de profissionais de saúde para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Serão prorrogados até a data de 28 de fevereiro de 2021 os contratos de profissionais que estão lotados em hospitais federais e nos institutos nacionais do Rio de Janeiro,

Apresentamos a presente emenda para acrescentar os institutos nacionais do Estado do Amazonas devido ao estado de calamidade pública em que está a região, com o aumento de pessoas contaminadas e mortes.

O prazo da prorrogação dos contratos de serviços médicos está muito próximo, isto é, dia 28 de fevereiro de 2021, portanto muito reduzido, por esse motivo prorrogamos o prazo por até 60 meses ou enquanto durar o estado de calamidade pública.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante Emenda.

Sala da Comissão, em 2 de fevereiro de 2021.

Deputada REJANE DIAS